



# ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA COMO MATERIALIDADE CONTRA-HEGEMÔNICA DO CAPITAL: O CASO DA PÓLEN MOEDA ECOLÓGICA

Andrea Costa van Herk Vasconcelos<sup>1</sup>  
Geisa Daise Gumiero Cleps<sup>2</sup>  
Tarik Marques do Prado Tanure<sup>3</sup>

## RESUMO

Experiências, cuja centralidade encontra-se no trabalho coletivo e na reprodução de valores e princípios sociais para o desenvolvimento de comunidades, têm ganhado destaque nos debates que cercam denominações da economia. Numa conjuntura neoliberalista, onde relações sociais podem, ou não, ser influenciadas por laços econômicos, percebe-se que formas alternativas de produção, comercialização e consumo, como as moedas sociais, representam uma condição transformadora e diferenciada na contra-hegemonia do capital. Assim, este artigo tem como objetivo compreender como a economia popular solidária se materializa numa condição contra-hegemônica do capital através da iniciativa Pólen como moeda social em Uberlândia (MG). A pesquisa é qualitativa, descritiva e apresentada em estudo de caso. Coletou-se os dados através de entrevista semiestruturada com um dos fundadores da Pólen Moeda Ecológica, informações no site e redes sociais da comunidade. As seguintes categorias de análise foram utilizadas na construção do caso: i) valores e princípios; ii) democratização do saber e valorização da vida do consumidor; iii) desenvolvimento sustentável e solidário. Como resultados, verifica-se que o empreendimento Pólen congrega valores e princípios das duas vertentes da economia – popular e solidária. Como materialidade, a moeda social estimula toda a cadeia produção-comercialização-consumo e representa instrumento que viabiliza conhecimento e troca de experiências. A moeda social, como mecanismo da economia popular solidária, configura-se elemento de (re)territorialização quando ocorre a confiança mútua e a aceitação entre os membros da comunidade de troca, conquistando transformação social e desenvolvimento local através de peculiaridade e racionalidade próprias que orientam outras formas de ser, viver e reproduzir-se socialmente.

**Palavras-chave:** Economia Popular Solidária, Moeda Social, Contra-hegemonia, Transformação social, Outra economia.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, andreaherk@gmail.com;

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, gdgumiero@ufu.br;

<sup>3</sup> Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico - PPGDE da Universidade Federal do Paraná – UFPR, tariktanure@gmail.com.



## ABSTRACT

Experiences, whose centrality is found on collective work and social reproduction values and principles for the development of communities, have gained prominence in the debates about economy denominations. In a neoliberal context, where social relations may, or may not, be influenced by economic ties, it is perceived that alternative forms of production, commercialization and consumption, such as social currencies, represent a transforming and differentiated condition in the against hegemony of capital. Thus, this work objective is to understand how the solidary popular economy materializes in the against hegemonic condition of capital through the Pólen initiative as a social currency in Uberlândia (MG). The research is qualitative, descriptive and presented in a case study. The data were collected through a semi-structured interview with one of the Pólen Ecological Correny founders, informations on the website and social networks of the community. These categories of analysis were used in the construction of the case: i) values and principles; ii) knowledge democratization and enhancement of consumer life; iii) sustainable and solidary development. As a result, it verifies that the Pólen enterprise brings values and principles from the two sides of the economy together – popular and solidary. As materiality, the social currency stimulates the production-marketing-consumption chain and represents an instrument that enables knowledge and experience exchange. The social currency, as a mechanism of the solidarity popular economy, configures an element of (re)territorialization when there is mutual trust and acceptance among the members of community exchange, acquiring social transformation and local development through particular peculiarity and rationality that guide other ways of being, living and reproducing socially.

**Keywords:** Popular Solidarity Economy, Social Currency; Against hegemony, Social Transformation, Other Economy.

## INTRODUÇÃO

Desprender-se de amarras que limitam análises ou reforçam o status quo hegemônico do capital é abrir-se para discussões acerca do extenso e desigual conjunto de práticas aportadas na solidariedade, que emanadas pela (re)construção da atividade econômica, buscam por uma nova sociabilidade. Experiências lastreadas na reprodução de valores sociais, cujo foco é o trabalho no sustento de comunidades, têm ganhado espaço nos debates que cercam o caráter substantivo do vocábulo economia. Numa conjuntura neoliberalista e de mundialização do capital, onde a conotação do social pode, ou não, ser influenciada por laços econômicos, percebe-se que a emancipação das formas alternativas são uma condição para não se esvaírem em vieses puramente econômicos que enrijeçam e reforcem um caráter de sujeição ao capitalismo.



Neste cenário, a economia centrada em princípios como solidariedade, cooperação, autogestão e em dimensão econômica não mercantilizada, vem sendo difundida sob vários espectros e denominações que, se olhada de forma fragmentada, causa confusas e desafiadoras interpretações das práticas. Embora perceba-se o aporte no combate à exclusão e à pobreza, importante pensar soluções para além do âmbito das políticas públicas. Caso contrário, as experiências emergidas nesta condição, atuariam como espécie de válvula de escape para os problemas relacionados ao desemprego, haja vista que programas de transferência de renda que oferecem subsídios, também possuem objetivos dessa natureza, por exemplo, estruturação e reestruturação produtiva com incentivos às pequenas unidades produtivas.

Entende-se, como Razeto (1985), que nem toda economia social e popular se fundamenta na solidariedade, muito embora é possível identificar práticas de solidariedade em vários setores sociais e econômicos. Nessa perspectiva, a economia popular de solidariedade se constitui no “polo mais avançado da economia popular”, caracterizada por valores centrados no trabalho e na reciprocidade, contudo, ainda parte integrante do sistema econômico presente na América Latina. (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 107). Nota-se, que a própria economia popular solidária (EPS) ainda é um conceito em transformação, posto que suas raízes são cultural e historicamente construídas no panorama latino-americano, com fortes influências anteriores europeias.

No contexto brasileiro, a economia popular e a economia solidária se entrelaçam na relação produção-comercialização-consumo, onde formas e funções econômicas parecem não se desvencilhar das relações sociais. (FRANÇA-FILHO, 2001). No país, destacam-se as iniciativas econômicas solidárias no bojo de ações estatais e de mercado que, principalmente em contextos de crises, tendem a abrir-se em experiências e mecanismos que se ligam tanto às caracterizações da economia popular, quanto da economia solidária.

Com atuação geralmente em âmbito local, o entrelaçamento das caracterizações, tanto da economia popular quanto da economia solidária, são vistas nas práticas de ONGs, instituições religiosas e articulações com agentes locais, por exemplo, associações de moradores e sindicatos de trabalhadores. Vislumbram-se também, alguns mecanismos peculiares que provém recursos locais de forma variada no propósito de melhorar a qualidade de vida do coletivo, é o caso das moedas sociais. A partir delas como mecanismo de trocas, percebe-se um direcionamento à reterritorialização (HAESBAERT,



2004; ORTIGOZA, 2014), no sentido de um resgate dos modos de ser e de viver localmente, onde a renda local é gerada ao mesmo tempo em que há o estreitamento de laços comunitários e o fortalecimento dos coletivos.

Neste ponto, surgem algumas inquietações para o estudo: a economia popular solidária (EPS) se configura como movimento contra-hegemônico<sup>4</sup> no contexto do sistema econômico vigente? Sendo um movimento contra-hegemônico, como direciona um modelo alternativo ao sistema econômico vigente no sentido de transformação social? Assim, o objetivo geral deste artigo é compreender como a economia popular solidária se materializa numa condição contra-hegemônica do capital através da iniciativa Pólen como moeda social em Uberlândia (MG). Alguns objetivos específicos são traçados com o propósito de responder às inquietações do estudo: (1) identificar a vertente que congrega similaridades entre a economia popular e a economia solidária, configurando-se como economia popular solidária; (2) entender como a moeda social, como mecanismo peculiar da economia popular solidária, pode contribuir no processo de transformação social no caminho de um modelo econômico alternativo.

Justifica-se este estudo por refletir a práxis fundamentada nas dinâmicas da economia popular solidária como movimento de transformação social e formas alternativas de pensar e agir. Justifica-se ainda, por pensar possibilidades sem vinculação à força de trabalho como mercadoria, mas sim, como manutenção das necessidades essenciais do indivíduo, como propulsor de inclusão da vida em sociedade.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa é de cunho qualitativo e descritivo com objeto de análise escolhido propositalmente. O empreendimento Pólen Moeda Ecológica, em Uberlândia (MG), busca romper com o paradigma econômico atual, valorizando características da EPS e antagônicas ao sistema vigente. Com potencial transformador e membros ativos,

---

<sup>4</sup> O conceito de hegemonia, colocado por Antônio Gramsci, representa a consolidação da configuração do Estado depois da segunda metade do século XIX, abrindo caminho para um olhar contrário, num movimento dialético. A contra-hegemonia é, para a hegemonia, uma contradição que se exclui mutuamente, uma vez que a hegemonia “se configura em um contexto de desenvolvimento da sociedade civil, a ideia de contra-hegemonia remete ao contexto de guerra de movimento”. (DORE; SOUZA, 2018, p. 243). A contra-hegemonia é lastreada na matriz socialista, inspirada grande parte em Marx e Engels, onde há fundamentação da luta de classes, também da luta social por terras e, cujo estado da arte foi retratado por autores como Rosa Luxemburg, Lênin e Kausky. (MÉZÁROS, 2007).



atualmente o projeto se insere como parte das atividades extensionistas do curso de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Para a coleta de dados, foi realizada entrevista semiestruturada com um dos integrantes responsáveis pelo empreendimento, em junho/2021, de modo a compreender tanto as caracterizações quanto as articulações do Pólen como mecanismo de transformação social e materialidade contra-hegemônica do capital. Além de contar com reconhecimento da comunidade local, possui administração transparente e disponibilidade de dados. Optou-se pela pesquisa empírica como um estudo de caso único, de modo a apresentar tanto a organização, sua importância no direcionamento de transformação da realidade social, além de ser instrumento fomentador da relação produção-comercialização-consumo.

Em Bertucci e Silva (2003), a apresentação dos resultados e discussões baseou-se nas seguintes categorias de análise (quadro 1), as quais identificam critérios de atuação e respectivas caracterizações dos empreendimentos na EPS e, conseqüentemente, a identidade do Pólen Moeda Ecológica no direcionamento dos processos de transformação social.

**Quadro 1** – Critérios de atuação e caracterizações para a EPS.

<b>Critérios de atuação</b>	<b>Caracterizações</b>
Valores	Gratuidade, reciprocidade, cooperação, compaixão, respeito à diversidade, complementaridade, comunidade, amor.
Princípios	Autogestão, respeito à diversidade, convivência solidária com a natureza, democracia, descentralização do poder, das riquezas, dos bens (terra, tecnologia, saber), co-cidadania.
Novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário	A economia deve estar a serviço do social, tecnologia adaptada ao não aprofundamento do desemprego e poluição da natureza, implementação de políticas públicas efetivas.
Democratização do Saber	Experiências alternativas solidárias que oportunizam a apropriação dos saberes para cada participante.
Valorização da vida do consumidor	Relação educativa que estimule a mudança nos hábitos de consumo, superando o consumismo.

**Fonte:** Bertucci e Silva (2003).

O roteiro da entrevista semiestruturada seguiu os critérios e as caracterizações como apresentados no quadro acima, entendendo-se como os autores, que a EPS permite articulações na formação de redes, que através da representatividade técnica dos sujeitos em fóruns e conselhos para políticas públicas, podem propiciar o direcionamento para uma efetiva transformação da realidade. Para melhor compreensão, optou-se por agrupar



os critérios expostos no quadro 1, da seguinte forma, identificando-se os subtópicos para a apresentação e discussão dos resultados:

- (1) Valores e princípios como base de sustentação do Pólen Moeda Ecológica;
- (2) Importância da democratização do saber e da valorização da vida do consumidor como caminho para a reprodução social através do Pólen;
- (3) O Pólen como projeto de desenvolvimento sustentável e solidário.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Experiências transformadoras, na medida que revelam o limite da economia convencional, são alternativas ao sistema econômico vigente. (CORAGGIO, 2013). Essa condição tem aproximado cada vez mais as denominações “solidária” e “popular” da economia, a última, como ressignificação das práticas em duas óticas, a primeira vinculada à socialização do saber, à construção humana individual e coletiva. Quaisquer iniciativas “espontâneas de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos” estão nesta ótica. Coletivamente por exemplo, destacam-se “grupo de produção comunitária, produção associada, associação, cooperativa, [...] ‘clubes de troca’, mercados populares, mercados solidários”, dentre outras formas associativas que evidenciam a “capacidade de criar e ativar redes de solidariedade”. (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 101-02).

A segunda ótica, tomando a dimensão espaço-tempo, constitui-se pelo conjunto de lógicas próprias, por racionalidades intrínsecas para garantir sobrevivência e amplitude da vida, manifestadas em unidades produtivas domésticas. (CORAGGIO, 2013). A reprodução social local e territorializada das unidades domésticas é a compreensão mais apropriada para a economia popular (LISBOA, 2003), contudo, sem possuir a centralidade em um único conceito. A “negação do emprego da força de trabalho, como uma mercadoria” é, basicamente, sua diferenciação de outros setores da economia capitalista, se propondo à geração de renda para a sobrevivência individual e/ou coletiva. (ICAZA; TIRIBA, 2003, p. 104).

Similarmente, não se fixando em um só conceito, os empreendimentos que transitam pela economia solidária buscam condições de vida mais dignas e justas aos sujeitos que vivem e sobrevivem dela. Lastreadas na relação produção-comercialização-consumo, na posse e no controle coletivo dos bens de produção, as atividades mercantis da economia solidária, assim como na economia popular, possuem os valores de uso como





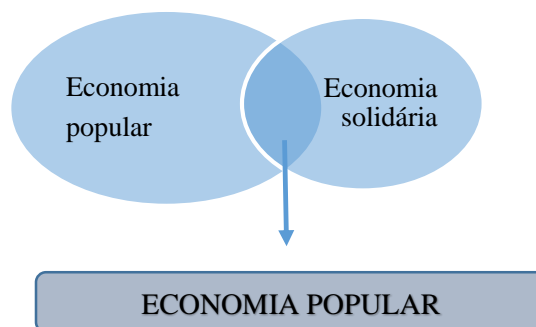
alicerce, negando-se à relação capital-trabalho praticada pelo sistema hegemônico capitalista. A solidariedade no contexto do capital, destaca-se também na dimensão espaço-tempo, pois nem todos a utilizam da mesma maneira. Todavia, estamos “progressivamente redescobrimo o papel das emoções e reabilitando a vital dimensão da solidariedade, como reconhecido pelas mais diversas (e antagônicas) correntes contemporâneas”, retomando pois, sua origem (do latim *solidus*) e seu significado de força e coesão. (LISBOA, 2003, p. 244).

No sentido de atitude e configurando-se pela solidariedade humana no “projeto de uma globalização solidária”, estabelece-se o vínculo de ligação entre as economias popular e solidária, onde as expressões de solidariedade são sinalizadas “como projeto político, como valor social conscientemente assumido”. (LISBOA, 2003, p. 245-247). Neste sentido, a EPS se configura na hegemonia de um contexto socioeconômico excludente e nos meandros do controverso sistema capitalista, onde a pauperização do tecido social produz a materialidade necessária para a peculiaridade dos empreendimentos que atuam neste setor. Assim, a principal característica da EPS é a “*negação da lógica de funcionamento do atual sistema: a cultura de competição, exploração e ganância que sustenta e cria uma vida sem ética*”. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 72, grifos nossos).

Na EPS, os empreendimentos se colocam a caminho de “constituir-se numa economia do trabalho”, abrangendo “uma fração da economia popular, pois nesta coexistem diferentes princípios valóricos e os mais diversos arranjos – formais, informais, ilícitos”, que se submetem à lógica do capital. Quando algumas práticas populares abrangem caracterizações da economia solidária num sentido mais amplo ou alternativo, “tais iniciativas visualizam uma perspectiva de unidade no horizonte que as motiva a práticas de colaboração e à infusão de valores como a justiça, a autonomia e a equidade” (GAIGER, 2001, p. 05). A figura 1 apresenta a visualização dos limites de atuação das três economias.



**Figura 4** – A interseção da economia popular e da economia solidária delimitando os contornos da EPS.



**Fonte:** Gaiger (2001).

Não obstante as sobreposições teórico-empíricas e a similaridade de atuação com contornos social e solidários (CORAGGIO, 2013), as configurações conceituais nos países da América Latina oferecem a maior aproximação com os empreendimentos que atuam na EPS. Reflete-se como o autor, que nem abordagens rígidas, nem abstratas são recomendadas para delimitar os limites de atuação das práticas. Percebe-se um universo diferente para a atuação dos empreendimentos em cada economia (popular, solidária e popular solidária), mesmo com pilares semelhantes.

À luz de autores (BERTUCCI; SILVA, 2003; FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013), entende-se que a centralidade da EPS aporta-se no trabalho coletivo, bem como apresenta algumas características marcantes: i) presença de grupos e movimentos sociais; ii) ideologia anticapitalista ou contra-hegemônica; e iii) relação produção-comercialização-consumo sem acumulação ou lucro como resultado final. Utilizando-se da denominação empreendimentos econômicos alternativos (EAA), como as organizações que transitam pela EPS, Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013) ainda expõem que, estas, se sustentam no trabalho coletivo, na autogestão e no objetivo de transformação social, para conquistarem o desenvolvimento sustentável solidário.

Nessa perspectiva da EPS, mecanismos como moedas sociais configuram-se como a materialização de novas formas de articulação alinhadas com suas premissas, posto que são criadas com propósito específico e administradas pelos próprios usuários. Ou seja, por ser complementar, a moeda social vincula-se às relações de troca específicas, nos propósitos da comunidade em que circula, e muitas vezes distante da lógica tradicional capitalista, quando incorporam relações de solidariedade, cooperação e confiança mútua. A moeda social é, portanto, fruto da mobilização comunitária em busca





de recolocar a economia a serviço de outras finalidades, reintegrando seus valores à esfera social, cultural e ambiental. (SOARES, 2006).

A moeda social como meio de troca alternativo e como prática de redesenho das relações econômicas, é capaz de estimular valores e reprimir outros, funções que vão além das tradicionais reservas de valor e meio de troca. Segundo Soares (2006, p.135), elas estabelecem “uma relação monetária que procura desmascarar e colocar em evidência as relações de poder que estão por trás das atitudes mercantis em geral e ainda mais especificamente do instrumento monetário tradicional”, conferindo às relações mercantis, um papel social ampliado. Ressalta-se a importância das dinâmicas territoriais e territorialidades locais em relação ao ambiente em que as moedas sociais são implementadas, posto que a aceitação é pautada na confiança mútua entre os membros; a administração deve ser transparente e participativa e os valores intrínsecos à moeda devem ser compartilhados entre a comunidade. Portanto, mobilizações que envolvam a criação de moedas sociais, com valores e regras próprias, possuem potencial para a transformação social, apresentando-se, ainda, como força contra-hegemônica ao capital, mesmo que em escala local.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As moedas sociais, genericamente, são frutos de um movimento de emancipação de parcelas específicas da população que de certa forma vivem à margem do sistema capitalista. Essas parcelas da população são tacitamente impedidas de participar por completo das relações de trocas e de usufruir dos mecanismos financeiros no sistema econômico vigente, seja pela renda baixa, pelo nível educacional insuficiente, pela condição econômica, seja pela restrição devido ao histórico financeiro dos indivíduos. O sistema, cada vez mais globalizado, exclui com a mesma facilidade que confere acesso financeiro aos que possuem os pré-requisitos para a inclusão. (SOARES, 2006). Tal situação acaba por reforçar um ciclo de crescimento, cada vez mais unificado no contexto global, concentrador de renda e excludente para boa parte da população carente do país.

Em contrapartida e num movimento dialético, segundo Oliveira (2017), as características do sistema econômico vigente, em parte, oferecem condições para autação e adaptação das moedas sociais complementares e bancos comunitários, os quais desempenham funções fundamentais na denominada finanças solidárias. Os bancos



comunitários, neste contexto, funcionam através da concessão de crédito para produção e consumo, mas vão além “ao conferir estreitamento de relações de reciprocidade, solidariedade e comunidade, características cada vez mais ausentes no mundo globalizado”. (OLIVEIRA, 2017, p. 132). Nesse caso, pensa-se se estas estruturas seriam capazes de reinserir a parcela marginalizada de volta ao mecanismo de crescimento econômico, renda e bem-estar, garantindo meios de reprodução do próprio sistema capitalista, ou seriam capazes de promover uma ruptura para um novo paradigma emancipacionista?

A resposta da pergunta lastreia-se na evidência dos princípios da EPS que se aportam na negação da lógica do atual sistema econômico vigente, reforçando uma quebra de paradigma voltada à emancipação e reprodução social dos sujeitos. Na centralidade do trabalho coletivo e na existência de grupos e movimentos sociais, a EPS busca transformação social e desenvolvimento através da relação produção-comercialização-consumo. (BERTUCCI; SILVA, 2003; FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013).

Nessa perspectiva emancipatória e transformadora, a iniciativa Pólen, como moeda ecológica, vai de encontro à segunda ótica para o fortalecimento de pequenos empreendimentos de base ecológica no município de Uberlândia (MG). O empreendimento Pólen, ou a comunidade Pólen, organiza-se através de um modelo econômico próprio sustentado em valores e princípios específicos, que compartilha uma visão de mundo ecológica e conectada pela compaixão e pela justiça econômica. (Entrevistado, 2021).

Em linhas gerais, utiliza-se pólen (moeda social), para transacionar bens e serviços de caráter ecológico e sustentável, trocando e promovendo atividades polinizadoras (figura 2), como cursos, palestras, consultorias, multirões, dentre outras atividades remuneradas na moeda social.

**Figura 2** – Exemplo de atividade polinizadora – Pólen Moeda Ecológica.



**Fonte:** Pólen (2020).

O modelo econômico específico do Pólen estabelece equivalência entre a moeda social e o Real, de forma que R\$1,00 equivale a P\$1,00 (1 pólen). A moeda utiliza-se de tecnologia digital e as trocas são realizadas através da plataforma de comércio *online*, que pode ser acessada pelo *site* da comunidade ou por aplicativo para celulares (figura 3). O lastro financeiro da moeda social pólen, que garante sua aceitação e circulação, é a confiança mútua entre os membros da comunidade, diferentemente do Real, que é uma moeda fiduciária, garantida pelo Banco Central. (Entrevistado, 2021).

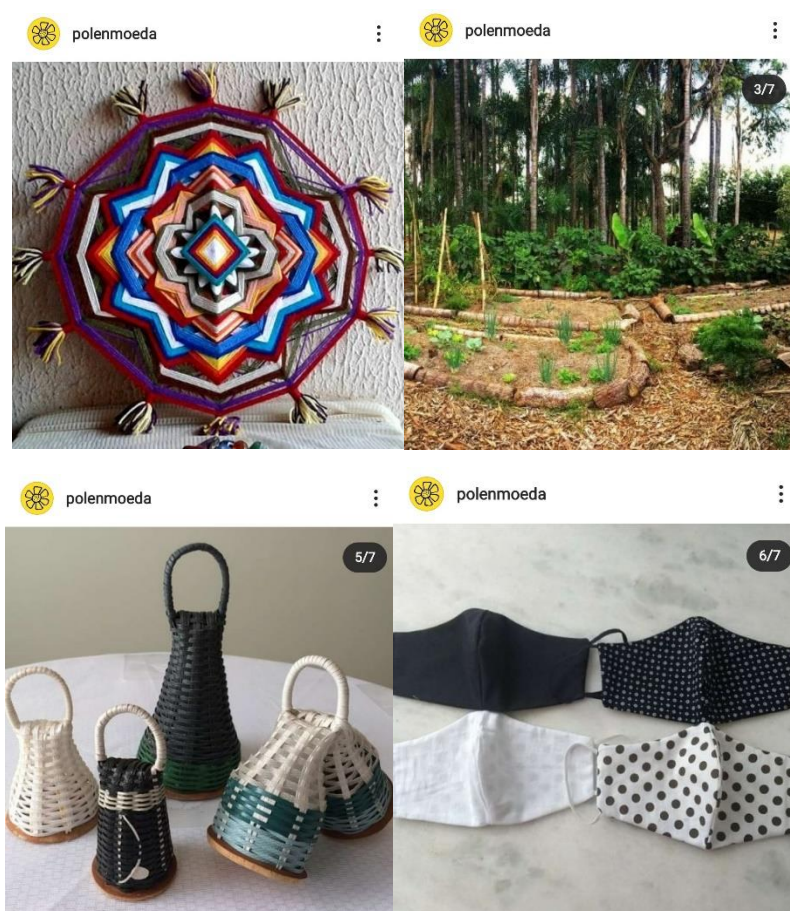
**Figura 3** – Exemplo de troca realizada com o auxílio da tecnologia.



**Fonte:** Arquivo fotos Instagram (@polenmoeda), acesso em 21 set./2021.

A principal forma de adquirir pólen é através da venda de produtos e serviços na plataforma e através de atividades promovidas pela comunidade, cuja participação é remunerada, também na moeda social. Os produtos e serviços ofertados podem ser cobrados parte em pólen, parte em Reais, ficando a critério do ofertante a determinação da participação de cada moeda. Ainda não há possibilidade de empréstimos em pólen, segundo o entrevistado. A figura 4 apresenta exemplos de mercadorias comercializadas através de pólen.

**Figura 4** – Exemplos de mercadorias comercializadas através de pólen.



**Fonte:** Arquivo fotos Instagram (@polenmoeda), acesso em 21 set./2021.

A administração da comunidade é baseada na sociocracia, em que cada membro tem acesso às reuniões e são incentivados a participar do processo de tomada de decisão, destacando com isso, o princípio da autogestão evidenciado por Bertucci e Silva (2003) e Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013). Esse modelo confere transparência e legitima a confiança e a aceitação da moeda pelos integrantes. Desta maneira, o Pólen



(empreendimento e comunidade) sustenta-se nas premissas da EPS apontadas por Bertucci e Silva (2003), como um projeto de transformação social para o desenvolvimento sustentável e solidário. A transformação social é estimulada a partir: i) do consumo consciente de produtos ecológicos; ii) das relações de reciprocidade e ajuda mútua através dos mutirões e demais atividades comunitárias, iii) da democratização do saber através dos cursos, palestras e consultorias, em que os participantes são remunerados em pólen; e iv) da valorização da vida do consumidor ao incentivar relações de consumo baseadas nos valores e princípios da comunidade. A seguir, apresenta-se a dinâmica de funcionamento da comunidade, sob o escopo das premissas da EPS, segundo Bertucci e Silva (2003).

### **Valores e princípios como base de sustentação do Pólen Moeda Ecológica**

A comunidade Pólen caracteriza-se como um circuito econômico local, com o propósito de fortalecer pequenos negócios de base ecológica. Por base ecológica entende-se produtos e serviços que respeitam a relação entre seres vivos e o meio ambiente. (PÓLEN, 2020). Envolve desde produtos e serviços que são produzidos e ofertados sob esta perspectiva, como também leva em consideração a troca e a revenda de produtos usados. Segundo o entrevistado, o consumo consciente e a sustentabilidade ambiental, trabalhados através das atividades comunitárias, também orientam a comunidade. Destarte, a comunidade reúne pessoas e pequenos negócios que compartilham de uma identidade e princípios comuns na lógica do que prega a EPS.

Através de pólen (moeda social), as relações entre os membros da comunidade é estimulada sendo que, para além da evolução dos empreendimentos, a moeda possibilita a troca de experiências e conhecimento, sempre norteados pelos princípios de: i) respeito por todas as formas de vida; ii) responsabilidade social e ecológica; iii) economia local; iv) comércio justo; v) solidariedade; vi) autogestão; vii) não-exclusão; viii) autoresponsabilidade; e, ix) transparência. Compartilhar esses princípios é um requisito para ingressar na comunidade, posto que cada membro é responsável por sua atuação, de modo que o vendedor e o comprador são responsáveis pelas transações, desde a qualidade à entrega dos produtos. (Entrevistado, 2021). Direcionamento, este, que corrobora à caracterização da EPS, cujo mecanismo chave encontra-se na relação produção-





comercialização-consumo sem acumulação ou lucro como resultado final. (BERTUCCI; SILVA, 2003).

Os valores e os princípios da EPS, no sentido do trabalho coletivo e da autogestão, norteiam as atividades e gestão da comunidade, que permite a participação de qualquer membro, posto que as reuniões são abertas para os integrantes. A sociocracia é a base da estrutura de governança da comunidade que, de maneira geral e manifestado o interesse em participar da gestão, o membro verifica as possibilidades de atuação com base em sua aptidão e disponibilidade de tempo. Então, tarefas, funções ou atividades são distribuídas em comum acordo. De acordo com o entrevistado, os relatórios de transações e desempenho são publicados periodicamente, com a finalidade de garantir a transparência, qualidade fundamental para a manutenção da confiança entre a gestão e os membros da comunidade.

A comunidade, desta forma, sustenta-se por valores e princípios que emergem da resistência, inquietação e negação ao sistema capitalista como hegemônico, econômico e vigente. Neste sentido, a comunidade Pólen potencializa valores como, gratuidade, reciprocidade, cooperação, compaixão, respeito à diversidade, complementaridade, comunidade e amor. Os princípios vinculados à Pólen permeiam a autogestão e o trabalho coletivo, com respeito à diversidade, à convivência solidária com a natureza, à democracia, à descentralização do poder, das riquezas, dos bens (terra, tecnologia, saber) e da co-cidadania como empatia e auxílio ao outro nas mais diversas dimensões do ser humano.

### **Importância da democratização do saber e da valorização da vida do consumidor como caminho para a reprodução social através do Pólen**

Dito no tópico anterior, é fundamental para a Pólen, proporcionar a reprodução social do sujeito, valorizando e difundindo os valores e princípios da comunidade, sendo que se conquista essa condição através das atividades polinizadoras. Como mecanismo de nivelamento de conhecimento, as atividades polinizadoras são promovidas pelos gestores da comunidade para proporcionar a integração entre os membros da comunidade. Cursos, palestras, assessorias e mutirões, são exemplos de atividades realizadas. Nelas, tanto o membro da comunidade que propõe e organiza a atividade, quanto os participantes, são remunerados em pólen. Desta forma, os membros têm a possibilidade





de receber em moeda social, por adquirir conhecimento ou auxiliar outros membros da comunidade em atividades produtivas. (Entrevistado, 2021).

As atividades polinizadoras são o mecanismo e os elementos chave, pois possibilitam a divulgação dos valores da comunidade e possuem uma função educativa, sustentando-se na centralidade do trabalho coletivo, a potencialização da relação produção-comercialização-consumo. (FRANÇA-FILHO, 2001). Entende-se que, através das atividades polinizadoras como mecanismo de trocas, a Pólen como comunidade e empreendimento constitui-se instrumento à reterritorialização conforme congrega Haesbaert (2004) e Ortigoza (2014). Com racionalidade própria, sustentada nos valores e princípios da EPS, a Pólen resgata vínculos com o local, onde a renda é gerada concomitantemente ao estreitamento e fortalecimento dos laços e dos coletivos.

Conceitos como ecologia, sustentabilidade, consumo consciente e solidariedade são trabalhados nas atividades. Como grande parte dos membros possuem conhecimento heterogêneo sobre esses aspectos, o nivelamento via atividades, mostra relevante. O entrevistado ressalta que, não obstante o aprofundamento sobre esses conceitos, há a possibilidade de adaptação ou mudança de hábitos e estilo de vida por parte dos integrantes. Esta, na visão da Pólen, é a mola propulsora para a transformação social e o desenvolvimento sustentável e solidário como apontam Bertucci e Silva (2003) e Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013).

A título de exemplo de atividades polinizadoras, os mutirões promovem a integração dos membros da comunidade, estreitando relações de solidariedade e cooperação. Cursos de compostagem<sup>5</sup>, ao possibilitarem a divulgação de conhecimento sobre como reciclar resíduos orgânicos e transformá-los em adubo, contribuem para uma melhor gestão de resíduos, condizentes com a sustentabilidade ambiental. A compostagem, se realizada além do processo produtivo, no dia a dia dos indivíduos, representa uma mudança de hábito com impactos positivos relacionados à sustentabilidade. Os cursos de permacultura<sup>6</sup>, ao divulgarem formas sustentáveis e

---

<sup>5</sup> Compostagem é o processo de “decomposição biológica da matéria orgânica sob condições controladas de aerobiose, temperatura e umidade, gerando um produto estável denominado composto ou adubo orgânico”. (SIQUEIRA; ASSAD, 2015, p. 244).

<sup>6</sup> Permacultura, além de ser um estilo de vida, é também técnica de planejamento ambiental através de fundamentos éticos e princípios de conduta. Seu objetivo é desenvolver, de maneira sustentável, áreas humanas produtivas, respeitando ciclos naturais e equilíbrio dos biomas. “Seus métodos de planejamento são diversificados e dinâmicos, necessitando sempre de adaptações locais via observação e estudo da paisagem”. (NEME, 2014, p. 7).



produtivas de produzir alimentos, também contribuem para a utilização dos recursos naturais de forma sustentável.

As atividades práticas de divulgação do saber entre os membros, e que estão dentro do escopo dos princípios da comunidade, promovem ainda a integração como uma forma de “estreitamento de laços” da comunidade. Conhecer, conviver e trocar experiências com os demais participantes é fundamental para a dinâmica da comunidade, na medida em que a aceitação e a circulação de pólen é sustentada através da relação de confiança mútua dos usuários. (Entrevistado, 2021). Logo, a moeda se comporta como um meio de conexão entre indivíduos com interesses em comum, fortalecendo relações e ampliando a divulgação dos valores e princípios, e na medida em que as relações se fortalecem, a própria moeda se consolida.

Dessa forma, a dinâmica da comunidade possibilita a troca de experiências solidárias que oportunizam a apropriação dos saberes para cada participante, promovendo a democratização do saber como conceito característico da EPS, segundo Bertucci e Silva (2003). Ainda, promovem a valorização da vida do consumidor, ao contribuir, através das atividades polinizadoras, para a construção de uma relação educativa que estimule a mudança nos hábitos de consumo, superando o consumismo e possibilitando padrões de vida sustentáveis.

### **O Pólen como projeto de desenvolvimento sustentável e solidário**

As moedas sociais ampliam as possibilidades para a comunidade local, ao mesmo tempo em que estimulam o comércio e o fluxo de bens e serviços na comunidade, também permitem outros tipos de arranjos com foco em soluções locais para problemas locais. Como Soares (2006) destaca, a moeda social vincula-se à relações de troca específicas, nos propósitos da comunidade em que circula. Estas características remetem ao conceito de pluralidade e recursos comuns, que atuam de forma a (re)configurar “arranjos locais, mercados, relações de produção, consumo e trabalho”. (FARIA *et al.*, 2020, p. 92).

O Pólen, como projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, surgiu a partir de inquietações iniciais entre seus membros fundadores e das inquietações constatou-se que havia um potencial a ser estimulado para transformação social e o desenvolvimento local (FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013). Através de racionalidade própria, desde o início, o empreendimento Pólen foi pensado como estímulo aos valores humanos,



sendo que as perguntas iniciais perpassavam por questões sociais como, “Será que estamos fazendo nosso melhor para revelar o potencial colaborativo que existe entre nós? Será que estamos assumindo a nossa parcela de responsabilidade na construção de uma sociedade mais resiliente, justa e próspera?”. (PÓLEN, 2020).

Com estas perguntas, o Pólen constituiu-se como projeto de transformação na contramão e alternativa contra-hegemônica ao sistema econômico vigente (BERTUCCI; SILVA, 2003). Como Coraggio (2003), o Pólen se aproxima tanto a denominação de economia “popular”, quanto de economia “solidária”, sustentando-se no trabalho coletivo, na autogestão e na transformação social (FERRARINI; GAIGER; VERONESE, 2013). Com estes princípios, o Pólen vincula-se à EPS, congregando desde a socialização e a construção do saber individual e coletivo, até a constituição de lógica própria e racionalidades intrínsecas que garantem a sobrevivência e a amplitude da vida. (CORAGGIO, 2013).

Ao aproximar-se da economia popular, o Pólen se configura como arranjo formal que se coloca a caminho das caracterizações de uma economia centrada no trabalho, conquanto contrário à lógica do capital. (GAIGER, 2001). Ao assumir práticas populares, legitimadas por caracterizações mais amplas e alternativas no direcionamento da economia solidária, o Pólen se constitui como empreendimento que transita na economia solidária, sobretudo na EPS, pois congrega as duas vertentes – popular e solidária – como destacado tanto por Lisboa (2003), quanto Coraggio (2013).

Por ser complementar ao Real, incorporando valores e princípios à sua circulação, a moeda social pólen estimula a comercialização de produtos e serviços vinculados à sustentabilidade ambiental e à ecologia, além de servir como um instrumento que viabiliza o conhecimento e a troca de experiências. Neste sentido, a comunidade se apresenta como uma nova maneira de lidar com processos produtivos, com o consumo, com o meio ambiente e com as pessoas gerando, assim, uma nova sociabilidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se, neste artigo, compreender como a economia popular solidária se materializa numa condição contra-hegemônica do capital através da iniciativa Pólen como moeda social em Uberlândia (MG). Como materialidade, as moedas sociais representam novas sociabilidades, seja nas formas de articulação, seja no resgate de



territorialidades. Quando alinhadas à valores e princípios já praticados na economia popular solidária (EPS), é possível perceber a configuração de um novo paradigma no redesenho das relações econômicas.

Entende-se que a EPS, como movimento contra-hegemônico do capital, é configurada na interseção teórico-empírica entre a economia popular e a economia solidária, haja vista que compartilha da construção do saber individual e coletivo, como também estimula a relação produção-comercialização-consumo através de racionalidades solidárias. Lastreada em princípios como trabalho coletivo, autogestão e transformação social, a centralidade da EPS vincula-se à resistência na negação da lógica econômica capitalista, mas sobretudo, busca-se por alternativas que direcionem o desenvolvimento local, sustentável e solidário.

Como meio alternativo de trocas, a moeda social é fruto do enlace da vontade de sujeitos com o desejo de construir relações mais justas e prósperas nas bases da EPS, a fim de estimular a comunidade local através do comércio e fluxo de bens e serviços. Nesta ótica, a Polén como moeda social, possibilita a reprodução social dos sujeitos que vivem à margem do sistema capitalista, especialmente uma parcela da população que, tacitamente, é impedida de participar por completo das relações de troca no sistema capitalista vigente.

No caminho do desenvolvimento sustentável e solidário, a moeda social, quando alicerçada na EPS tanto em valores quanto em princípios, promove uma outra configuração das relações sociais no seio do contexto socioeconômico excludente. Nesta perspectiva, observa-se que a moeda social representa elemento de (re)territorialização quando ocorre a confiança mútua e aceitação entre os membros da comunidade de troca, quando a administração é transparente, participativa e compartilhada com a comunidade local. Neste sentido, a pauperização do tecido social produz a materialidade necessária para uma peculiaridade e racionalidade própria que direciona outras formas de ser, viver e reproduzir-se socialmente.

## REFERÊNCIAS

BERTUCCI, A. de A; SILVA, R. M. A. (Orgs.). **20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Cáritas Brasileira: Brasília, 2003.



CORAGGIO, J. L. La economía social y solidaria y el papel de la economía popular en la estructura económica. In: **Seminario Internacional “Rol de la Economía Popular y Solidaria y su Aporte en el Sistema Económico Social y Solidario”**, 24-26, jul, 2013, Quito, Ecuador, 2013. Disponível em [https://www.coraggioeconomia.org/jlc\\_publicaciones\\_ep.htm](https://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm) Acesso em: 17 jun. 2021.

DORE, R.; SOUZA, H. G. de. Gramsci nunca mencionou o conceito de contra-hegemonia. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set., 2018.

FARIA, L. A. S.; *et al.* Digitalizações de moedas sociais brasileiras e desafios de governanças comunitárias: os requisitos, os códigos e os dados. In: VIANNA, M. (Org). **Novos diálogos entre Ciência e Tecnologia: perspectivas de pesquisas** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

FERRARINI, A.; GAIGER, L. I.; VERONESE, M. **Solidarity economy enterprises in Brazil: an overview from the second national mapping.** The international comparative social enterprise models – ICSEM PROJECT. 2013. Disponível em <https://blogecosol.files.wordpress.com/2014/10/icsem.pdf> Acesso em 17 jun. 2021.

FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v.16, n.1-2, p.245-275, dez., 2001.

GAIGER, L. I. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. **Revista de Ciências Sociais**, n. 159, p. 103 – 151, 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LISBOA, A. de M. Solidariedade. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** Tradução Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

NEME, F. J. P. **Permacultura urbana.** E-book. ISBN 978-85-913080-4-0. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, E. G. D. **Crédito solidário e moedas sociais na perspectiva do desenvolvimento local participativo: potencialidades e limitações frente ao capitalismo e suas contradições.** 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2017.

ORTIGOZA, S. A. Vamos privilegiar os mais fracos: a economia solidária brasileira como possibilidade de (re)inserção do território como base do desenvolvimento. **GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território.** n.º 6. p. 241-257, 2014.

PÓLEN, Moeda Ecológica. **Visão.** 2020. Disponível em: <https://communities.cyclos.org/moedapolen/#page-content!page=visao> Acesso em: 08 set. 2021.



PÓLEN, Moeda Ecológica. Agenda. 2020. Disponível em <https://communities.cyclos.org/moedapolen/#page-content!page=agenda>. Acesso em: 08 set. 2021.

RAZETO, L. M. Economía de solidaridad y mercado democrático. Taller. In: **Comisión Económica para América Latina y el Caribe Unidad Conjunta CEPAL/CNUAH de Asentamientos Humanos**. Santiago de Chile, abr, 1985. Disponível em [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/20839/D11777.01\\_es.pdf?sequence=1&isAllOwed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/20839/D11777.01_es.pdf?sequence=1&isAllOwed=y). Acesso em 17 jun. 2021.

SIQUEIRA, T. M. O. de; ASSAD, M. L. R. C. L. Compostagem de resíduos sólidos urbanos no estado de São Paulo (Brasil). **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 243-264, 2015.

SOARES, C. L. B. **Moeda social—uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil Contemporâneo**. 2006. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.